

Introdução ao Módulo I

Objetivo geral:

Ao final deste Módulo, esperamos que você tenha ampliado e transformado sua compreensão sobre a relação entre a história social e as concepções sobre a infância e a adolescência, ajudando-o a melhor compreender nossas crianças e adolescentes.

Objetivos específicos:

Compreender o caráter histórico-social das categorias de infância, adolescência, família e sociedade e sua configuração na contemporaneidade;
Identificar os principais fatores associados à produção social da delinquência e suas implicações no desenvolvimento do adolescente e do jovem contemporâneo; e
Identificar oportunidades de articulação entre os conceitos estudados e as intervenções efetuadas nos programas voltados para os adolescentes.

Planeje bem o seu tempo e evite descumprir esse planejamento.

Procure ter uma visão geral e outra do conteúdo específico de todas as Unidades que integram o Módulo, navegando por todo o Guia de Estudos de cada um deles, antes de se aprofundar nos temas e conteúdos das respectivas Unidades.

É fundamental que você siga os links indicados em cada página do Guia de Estudos, para ter acesso aos conteúdos de cada link. Esses conteúdos são parte dos estudos de cada Módulo.

Adicionalmente, a cada Módulo serão apresentados textos, filmes e outros materiais complementares, sendo que estes são opcionais.

Realize as atividades de auto-aprendizagem preferencialmente na ordem em que se acham posicionadas em meio aos estudos propostos, o que facilitará a articulação entre suas aprendizagens.

Utilize o Fórum de Discussão e recorra aos tutores com frequência para que estes possam acompanhá-lo/a e apoiá-lo/a no processo de estudo e aprendizagem.

B O M T R A B A L H O ! ! !

A Democratização e o Reconhecimento da Infância e Adolescência

Olá, seja bem vindo/a à Unidade 1

Nela, vamos tratar dos seguintes temas:

A história social da infância e da adolescência no Brasil e no mundo;

O papel da escola e das modernas relações de trabalho na construção histórica e social da adolescência;e

Infância e adolescência: transformações contemporâneas.

Nesta Unidade de Ensino temos por objetivo apresentar e desenvolver, utilizando para isso vários recursos, o argumento de que a infância e a adolescência não são simplesmente fenômenos naturais e biológicos a partir do nascimento, mas caracterizam-se como fenômenos históricos e sociais.

Estamos acostumados a enxergar na infância a fase de brincar, ir à escola, jogar e sonhar. Por isso, esquecemos que esta não é uma condição presente do mesmo modo em todas as sociedades, grupos ou classes sociais.

Porque prezamos a ideia de que as crianças necessitam de cuidado e proteção, além do direito à brincadeira, à imaginação, à educação e à saúde, somos levados a pensar que esta é uma forma natural e universal de tratamento concedido a todas as crianças. Mas, como veremos ao longo dessa Unidade, a descrição acima corresponde a uma forma particular de experimentar a condição infantil, historicamente datada.

Para começar, você está convidado a realizar a seguinte atividade:

Assista ao vídeo A Invenção da Infância. Ele apresenta uma reflexão sobre o que significa ser criança no mundo contemporâneo: ser criança não significa ter infância e, no Brasil, a depender da condição das famílias, várias infâncias são encontradas.

Caso você tenha dificuldade em acessar ao filme diretamente no link acima, sugerimos abrir uma nova janela no seu computador e buscar o filme no portal <http://www.portacurtas.com.br>

Antes do século XVIII, era muito tênue, quase inexistente, a consciência coletiva sobre as especificidades e necessidades da infância.

Ignorava-se que as crianças fossem dotadas de uma personalidade, ou alma, existente desde o nascimento. A criança podia ser percebida tal como um animal de estimação, um anjo ou um selvagem. A mortalidade infantil era numerosa, mesmo nas famílias

mais abastadas e, ao morrerem, com frequência, as crianças eram enterradas no próprio pátio doméstico, sem batismo. Quando sobreviviam à primeira infância, podiam viver anos sem que lhes fosse atribuído um nome próprio.

Aquelas que sobreviviam às doenças dos primeiros anos, às pestes e a outros males, mal adquirindo algum desembaraço físico, logo passavam a se misturar às rodas de adultos, no trabalho e nas festas.

Como, na maior parte das famílias o trabalho era realizado no próprio ambiente doméstico, brincar e trabalhar eram atividades que se misturavam, levando os pequenos a migrarem diretamente à posição de trabalhadores, sem passar pela adolescência e juventude, tal como as conhecemos nos dias atuais.

São costumes estranhos, se os analisamos à luz das concepções que hoje temos, quando identificamos nas crianças sujeitos de direitos sociais.

Cada tempo e lugar definem concepções específicas próprias sobre a infância e a adolescência. Em diferentes tempos e lugares, infâncias vão sendo construídas e cada uma guarda com as demais apenas uma vaga semelhança, sendo marcada por significados e valores sociais distintos.

Sandra Corazza, uma pesquisadora brasileira sobre o tema, afirma que o sentido moderno de infância é um fato cultural.

Na modernidade, surge o sentido de infantilidade, caracterizando-se o tratamento da infância como fase de menor valor social que a juventude e a adultez.

A atribuição de infantilidade à criança revela um juízo de valor derivado do pensamento econômico: os mais novos são colocados em posição de menor status social que os mais velhos, não por necessitarem de suporte, ajuda e apoio social, mas sim porque exibem menos maturidade, autonomia, racionalidade e produtividade, valores que são os mais prezados nas sociedades capitalistas **modernas**.

Desse modo, podemos caracterizar tais sociedades como sendo adultocêntricas, ou seja, organizadas de tal modo que os valores, atividades e significados adultos são mais importantes que os da infância. Por isso, é comum ouvirmos as crianças expressarem o desejo de se tornarem rapidamente "gente grande".

É possível que, ao fim da leitura, você ainda permaneça com algumas dúvidas. Para isso, é importante utilizar o Fórum de discussão e o Fórum de dúvidas, para expor suas ideias e perceber as de seus colegas e tutor.

Em seguida, retorne a este Guia de Estudos e prossiga a leitura, pois passaremos a tratar da infância brasileira.

Até a transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, há muito poucos registros da formação histórico-social da sociedade brasileira. A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro impôs modificações significativas à nossa realidade local, e se considera que esse evento contribuiu para introduzir o Brasil na era moderna.

Em sua organização social tradicional, o Brasil colonial estava segmentado entre casa grande e senzala, senhores e escravos. Cada um desses segmentos estava caracterizado por um sistema de valores e ideologias próprio, que só superficialmente esbarrava em outro, como você perceberá.

Na casa grande, as escravas tinham a responsabilidade da amamentação, cuidado e medicação das crianças pequenas, favorecendo entre estas e as amas um senso de afeto e intimidade, muitas vezes inexistentes na relação com os **progenitores**.

No sistema familiar colonial, as crianças representavam um elemento a mais a serviço do poder paterno. Eram consideradas um elo supérfluo e acessório da cadeia de poder patriarcal, quando comparado aos filhos de mais idade, à esposa, à terra e aos escravos. Nos espaços públicos, eram essas posses que conferiam autoridade aos homens. Já as mulheres, fixavam-se mais em atender e servir ao marido que aos filhos.

Essa qualidade de relação familiar começou a se transformar com a chegada da família real portuguesa. Com ela, veio a ciência, novas técnicas e mais dinheiro, ampliando a urbanização e promovendo mudanças de comportamento.

O distanciamento dos pais em relação aos filhos e a atribuição do cuidado da prole às escravas, características nucleares da família colonial, foram objeto de fortes críticas dos médicos sanitaristas, pedagogos e cientistas, que passaram a habitar a Corte.

Considerava-se que contribuía para a mortalidade e o abandono de crianças, no Brasil, algo que a ciência da época já considerava necessário erradicar. Assim, as novas influências da ciência sobre a organização das famílias tiveram um efeito moralizador, produzindo mudanças no seu interior, como veremos a seguir.

Notamos ocorrer uma progressiva e importante revolução na dinâmica familiar, ao longo dos séculos XIX e XX:

A função da mulher na família migrou da atenção e cuidado prioritariamente dedicados ao marido para o papel de cuidadora principal dos filhos. Sem essa mudança, a família teria tido problemas ainda maiores em decorrência da abolição da escravatura, quando deixou de contar com a mão de obra escrava no cuidado infantil.

Do pai, passou a ser esperado exercer o papel de cônjuge de modo mais horizontal, convertendo-se em figura afetiva e tutorial, em vez da mera autoridade patriarcal. Nota-se que o significado e a função da paternidade alteraram-se grandemente, em particular no século XX. As guerras, o trabalho feminino e as novas formas de família parecem ter afetado criticamente os pais.

Com a educação escolar e a urbanização crescentes, ambos fatores a contribuir para uma guinada relativa aos valores e significados sociais, os filhos, particularmente os mais velhos deixaram de se representar como meros atores a serviço dos interesses econômicos familiares e puderam se reconhecer como parte de um sistema social mais amplo, no qual deviam assumir funções de serviço à sociedade, em vez de meros "herdeiros".

Bem diferente era a situação das famílias negras de escravos, desde o Brasil colonial.

Enquanto pequenas, as crianças negras eram tratadas pelos senhores de escravos tais como bichinhos de estimação, autorizadas a circular na casa grande, trançadas às pernas das escravas, fazendo gracinhas e truques, para deleite da família senhorial.

Contudo, na idade de 6 ou 7 anos, já eram consideradas aptas para o trabalho pesado, passando a atuar na própria casa grande ou no campo, com pouca diferença em relação aos adultos negros.

Em 1871, a Lei do Ventre Livre concedeu aos filhos de escravas nascidos a partir de então o direito à liberdade - Lei na qual podemos notar um germe da consciência dos direitos da infância.

Em 1888, foi a vez da Lei Áurea, que extinguiu toda a forma de trabalho escravo em nosso país. No entanto, o que parecia constituir um momento de ruptura e novidade nas relações interétnicas, no Brasil, mostrou-se fonte de novas formas de opressão social.

Sem uma política de Estado para apoiar a inserção laboral e prover apoio econômico a esse extenso grupo de ex-escravos, estes rapidamente passaram a sofrer outras formas de aviltamento e exploração, indo ocupar, juntamente com indígenas urbanizados, imigrantes e aventureiros estrangeiros sem posses, a base da classe dos miseráveis e excluídos socio-econômicos de nosso país, originando os primeiros bolsões de pobreza.

Para compreender o lugar social da infância e adolescência, nos dias atuais, é importante identificarmos o papel que desempenha a escola nesse processo, pois constitui um contexto de fundamental importância no desenho da infância moderna, assim como um direito fundamental da criança.

No fim do século XVII, ocorreu na Europa o surgimento das primeiras escolas, que eram muito diferentes das atuais: funcionavam anexas às igrejas, onde frequentemente só havia uma sala na qual se reuniam alunos de diferentes idades.

No século XIX, como efeito da Revolução Industrial, da urbanização, do desenvolvimento técnico-científico, da invenção da imprensa e das mudanças na organização do trabalho, a escolarização passou a deter importância crescente na nova organização da sociedade.

Isso se deu porque o modo de produção fabril passou a exigir cada vez mais formação e especialização do trabalhador, o que elevou a importância da aprendizagem técnica e científica que se podia obter por meio da educação escolar.

As escolas também serviram ao projeto de moralizar os jovens e controlar suas expectativas de futuro: em vez de permanecerem ociosos pela rua, em aventuras sexuais e no jogo, passaram a permanecer toda a adolescência e juventude na escola, que lhes provia com uma direção de desenvolvimento coerente com o projeto de sociedade visado pelos novos capitalistas e reformadores cristãos.

Ainda hoje, estar dentro ou fora do sistema escolar é um fator de identidade, respeito e auto-estima para os jovens. Ainda que a escola encontre problemas cada vez mais severos para cumprir suas funções nos tempos atuais, ela ainda representa uma forte referência de inclusão/exclusão social.

Não há política social que tenha êxito sem que considere a necessidade do fortalecimento do sistema escolar e das condições de acesso e permanência na escola.

Você está avançando muito na compreensão da construção do conceito de infância, adolescência e família. Para aprofundar ainda mais suas aprendizagens, retorne ao texto de fundamentação da Unidade 1.

Complemente sua reflexão, assistindo ao vídeo O Contador de Histórias, que narra em linguagem autobiográfica, as histórias de um homem cuja infância foi vivida entre as ruas e a FEBEM de Minas Gerais.

Este filme, mais a questão problematizadora, será o ponto de partida para os debates do Fórum do Módulo 1, no qual você poderá compartilhar com os demais cursistas suas impressões sobre ele.

Novos Contornos da Família na Sociedade Contemporânea

Olá, chegamos à Unidade 2 !!!

Nesta Unidade, vamos tratar dos seguintes temas:

O conceito de família como sociedade natural e suas transformações históricas;
As características, problemas e necessidades da família na sociedade contemporânea; e
Políticas e programas sociais para a família brasileira: apoiar a família para proteger crianças e adolescentes.

Ao longo do século XX, houve uma grande transformação da sociedade brasileira e, com ela, também as famílias foram se transformando de modo cada vez mais acelerado.

Como material motivador das discussões que se seguem, convidamos você a assistir o documentário Cemitério da Memória. Caso você tenha dificuldade de acesso ao filme pelo link contido acima, abra uma nova janela em seu computador e nela acesse o portal www.portacurtas.com.br, buscando o filme pelo título. Volte ao texto após o filme!

O vídeo recomendado apresenta as transformações que se deram nas atividades realizadas em família, no lazer, nas comemorações festivas, nas formas de registro da

memória familiar. Além das mudanças ali retratadas, deve-se incluir também no rol dos fatores que têm afetado intimamente as famílias:

as mudanças de valores sociais que contribuem para o crescimento do individualismo e da competição, e que inibem as redes de solidariedade social, contribuindo para transformar a família em uma célula isolada, privada de apoio comunitário;

o aumento expressivo da expectativa de vida no último século, implicando em responsabilidades ampliadas para com os velhos, ao mesmo tempo em que esses passam a representar uma fonte adicional de renda para muitas famílias, através de suas aposentadorias, e mesmo no apoio no cuidado dos netos;

as mudanças nas relações de trabalho, que levam à exigência de maior dedicação do trabalhador, compensada com salários menores, e que também colaboram para a dissolução da fronteira entre trabalho e ambiente doméstico. A mediação das novas tecnologias de comunicação e informação tem levado a que se trabalhe mais tempo - em casa, à noite, nos fins de semana, privando a pessoa e a sua família do tempo para o lazer e atividades compartilhadas.

Outros fatores, ainda, afetam o modo como as famílias se organizam e desenvolvem os vínculos entre seus membros, nos dias atuais, tal como o resumo deste QUADRO.

Diante desse cenário em constante transformação, fica a pergunta: O que é e a que funções sociais responde a família na sociedade contemporânea?

A Família Contemporânea: definição e papéis

A família é um sistema complexo, composto por subsistemas integrados e interdependentes, que estabelece uma relação bidirecional e de mútua influência com o contexto sócio-histórico-cultural, no qual está inserida (MINUCHIN, 1985,1988; citado em DESSEN e BRAZ, 2005).

Não há uma única definição de família que seja objeto de consenso entre os estudiosos. Veja algumas definições encontradas:

A família é a primeira sociedade natural e íntima, cuja função primordial é propiciar a construção do ser e a realização da personalidade de cada um de seus integrantes;

A família é a estrutura básica permanente da experiência humana;

A família é onde a criança tem os primeiros contatos com o mundo e na qual constitui as primeiras formas de compreensão da realidade; e

A família constitui um sistema semi-aberto, necessariamente permeável às influências do ambiente externo, sendo também afetado pelos fatores sociais que caracterizam o contexto extra-familiar, em dado momento da história de um grupamento social.

Desse modo, o desenvolvimento da pessoa tem relação com o lugar ocupado por ela na família e os processos culturais mediados pelas atividades e significados que circulam no ambiente familiar.

Na atualidade, a consanguinidade e os laços biológicos têm sido cada vez mais substituídos por laços socio-afetivos na definição da unidade constitutiva da família. Os seguidos rearranjos por que passa a família no processo de dissolução e reconfiguração

de vínculos nos alerta que, em substituição à família nuclear, pode estar surgindo uma nova concepção de família.

A Família se Desenvolve junto com seus Integrantes

No curso de vida de seus integrantes, a família sofre transformações em sua organização. Compreender essas transformações ajuda-nos a reconhecer as especificidades da organização familiar e a trabalhar com as famílias.

Alguns processos são considerados normativos, outros são não-normativos.

As mudanças normativas envolvem praticamente todas as famílias de uma mesma cultura, que nem sempre as vivenciam de modo semelhante: nascimentos, mortes dos mais velhos, entrada dos filhos na escola ou na puberdade.

As mudanças não-normativas envolvem eventos que ocorrem em algumas famílias, mas não em todas: a perda de emprego por um dos cônjuges, a necessidade de mudança repentina de cidade, uma crise financeira que afete diretamente a família, a ocorrência de divórcio e ou a morte prematura de algum dos membros como vítima de violência, são exemplos desse tipo de mudanças. Esse segundo grupo de eventos, imprevisíveis e que podem gerar dificuldades profundas, exige grande resistência emocional dos integrantes para manter coeso o sistema familiar.

Entre as mudanças normativas, considera-se o nascimento do primeiro filho um grande evento na dinâmica de vida do casal, que altera de modo importante o sistema familiar, levando os pais à necessidade de se organizar e ajustar. Quando os filhos são pequenos, a família deve contar com equipamentos sociais, tais como berçários e creches, ou com redes sociais de apoio ao cuidado das crianças, entre os quais os avós, vizinhos ou amigos. Quando a família não conta com qualquer suporte na criação dos filhos, as pressões sobre o casal se intensificam, tornando-se fontes de conflitos que podem comprometer os afetos e levar à separação.

A entrada na escola também se mostra crítica, expondo particularidades, que vão desde o acesso aos equipamentos escolares (escolas distantes ou a inexistência de escolas na comunidade), até questões culturais associadas ao déficit educacional dos pais e aos limites destes últimos em dar apoio ao processo de escolarização dos filhos. Aspectos como os agravos aos direitos de crianças e adolescentes no contexto das escolas (bullying, preconceito, violências) são outras questões a serem consideradas.

Quando os filhos tornam-se adolescentes, período que coincide com a meia-idade dos pais, novas demandas e problemas emergem, que também levam ao desenvolvimento familiar. A maior liberdade requerida pelos filhos, a necessidade de desafiar os pais, adquirir autonomia, "viver a rua" e a vida pública podem se converter em fontes de problemas, especialmente quando a tais eventos se associam o uso abusivo de álcool e o consumo de drogas, por exemplo.

Assim também quando os filhos ingressam no trabalho ou saem da casa dos pais, momentos que podem ser vividos por esses últimos quer como fonte de vazio existencial, quer como questão financeira (em contextos em que os mais velhos trabalham, ou cuidam dos mais novos para liberar os pais para o trabalho), quer como a

conquista de maior autonomia e liberdade, em um momento de suas próprias vidas em que ainda são jovens para usufruir da tranquilidade da meia idade em novos projetos e alternativas de vida.

Outros aspectos que, na atualidade, induzem à reorganização e ao desenvolvimento familiar são: a articulação das relações transgeracionais, quando os velhos tendem a viver mais tempo; a instabilidade da vida econômica; as novas configurações familiares.

Transformações da Família na história

No processo histórico, a organização e a função da família têm se transformado. Observamos que novas funções vão sendo delegadas enquanto outras são retiradas.

Quando olhamos para o passado longínquo da humanidade, identificamos que nos primeiros agregados sociais, a família era uma unidade de reprodução sexual, cuja função era quase exclusiva de caráter natural, orientada a mera conservação da espécie. Nessa época, os arranjos humanos eram efêmeros, não se dedicavam à formação de vínculos, fidelidade ou dependência entre os membros da família. Assim a família se organizou até a aparição dos primeiros clãs.

Com o surgimento das primeiras comunidades, e daí até a Idade Média, a família converteu-se em uma unidade de trabalho e reprodução material – o agrupamento familiar ganha uma importante função econômica, passando a funcionar tal como uma pequena empresa, na qual todos os membros trabalhavam e contribuíam coletivamente para o sustento dos demais. A família antiga era uma família extensa. Nas casas, mesclavam-se pessoas que mantinham entre si laços de consanguinidade e outros membros, tais como compadres, agregados e outros coabitantes temporários. Considerava-se, que quanto maior o grupo, maior sua capacidade produtiva. Por isso, a princípio, todos eram bem vindos ao seio da família.

A transição histórica para a modernidade e o advento da família nuclear transformaram a família em uma unidade de afeto. A função afetiva da família traduz-se no sentimento de coesão familiar, o que resulta em mudanças na formação e organização das famílias, traduzidas no:

fortalecimento dos laços emocionais entre seus membros;

emergência de um sentido de zelo e cuidado dos mais vulneráveis, tais como crianças e velhos; e

compromisso com a formação moral e disciplinar de uns membros para com os outros e a comunidade.

Esse processo é parte de um cenário mais amplo, no qual são notadas muitas mudanças importantes na sociedade ocidental, conforme vimos na primeira Unidade.

Desafios da Família na Contemporaneidade

Vivemos na atualidade uma profunda transformação das relações socio-afetivas e, como efeito, da própria família.

As mudanças socio-econômicas e culturais em curso, desde a segunda metade do século XX, afetam as famílias a partir de sua intimidade, e geram alterações importantes.

As sociedades urbanas atuais, organizadas em torno do consumo, nas quais o trabalho constitui o principal meio de acesso aos produtos de consumo, exigem dos trabalhadores uma parcela enorme de comprometimento e, em contrapartida, lhes oferece muito pouco. O foco principal da atenção de homens e mulheres trabalhadores(as) passa a ser sua manutenção na própria órbita do capitalismo (não desagradar o patrão, não perder o emprego, manter inalterada a capacidade de consumo etc).

A instabilidade econômica pode converter-se em instabilidade emocional, levando os sujeitos a um estado contínuo de vulnerabilidade psíquica, traduzida em ansiedade, ambiguidade e incerteza.

Nesse contexto, quanto mais agudas as dificuldades econômicas vivenciadas pela família, maior é sua fragilidade em cumprir os complexos papéis que lhe são exigidos. Em muitos casos, diante das graves privações socio-econômicas a que está exposta, a família necessita transferir para o Estado, ou seus representantes, muitas de suas funções essenciais, tais como educação, saúde, alimentação e segurança da prole.

Direitos das Famílias Pobres na Contemporaneidade

A condição de pobreza se caracteriza pelo estado, temporário ou permanente, em que um segmento dos cidadãos está privado do acesso a recursos tais como água, saúde, educação, alimentação, moradia e cidadania, permanecendo excluído, em graus diferenciados, da riqueza social.

Até os períodos de crise econômica atingem de modo mais intenso os membros mais pobres da população do que os mais abastados, agravando a situação de vulnerabilidade e a de exclusão nas quais já se encontram os primeiros.

Há dados que indicam que na longa crise econômica que se estendeu até 1999, enquanto os 5% mais ricos da população brasileira tiveram uma perda de 10% de renda, os 25% mais pobres perderam 20%. Vemos, com esse exemplo que até mesmo uma crise econômica contribui para acirrar a concentração de renda e a desigualdade, afetando mais os pobres que os ricos.

Considera-se papel do Estado atuar para compensar a situação de vulnerabilidade em que se encontram os membros das famílias pobres, por meio de ações e programas significativos. Nas últimas décadas, os principais programas na área têm se caracterizado pela transferência de renda, de modo a garantir a todos os segmentos sociais o acesso a uma renda mínima.

Há os estudos que evidenciam que os programas que contribuem efetivamente para a promoção da família mostram-se mais eficazes para a proteção da infância e da adolescência do que os que se dirigem exclusivamente ao segmento infante-juvenil. Por outro lado, quando excluída do acesso aos bens socio-econômicos e culturais mais básicos, a família se vê impedida de cumprir, até mesmo, a parte essencial que lhe toca na formação de vínculos, da identidade, e na proteção dos filhos crianças e adolescentes.

Durante décadas, no passado, a ação do Estado no campo da proteção às famílias pobres caracterizou-se menos pela proatividade que pela reação à insegurança social, sendo fortemente marcada pela filantropia e o paternalismo. A relação do Estado brasileiro com essas famílias era fundamentalmente de natureza assistencialista, tutelar e culpabilizante.

Complementando e Aprofundando as Aprendizagens

Você tem aqui a oportunidade de revisar, complementar e aprofundar os tópicos dessa Unidade, por meio da leitura do texto complementar da Unidade 2.

Após a leitura das primeiras seções do texto, volte ao conteúdo do Guia de Estudos.

Políticas Sociais para a Família Brasileira

A família ocupa o centro do processo de reprodução social e, como tal, constitui um lugar decisivo quando se trata de intervir em realidades sociais indesejáveis, como a pobreza e o baixo capital humano.

As mudanças sociais que marcam a sociedade brasileira a partir do movimento de redemocratização, na década de 1980, culminaram com a institucionalização do sistema de garantia de direitos da família, da infância e da adolescência. Com isso, a relação entre o Estado, a sociedade e as famílias pobres vem se alterando.

A melhoria efetiva das condições socio-econômicas das famílias brasileiras é notável. Entretanto, observamos que os processos que atingem positivamente alguns estratos da sociedade (que se veem em posição de mais conforto e segurança), expõem outros estratos a uma situação de desigualdade ainda mais aguda, situação que tende a ser camuflada, ou naturalizada, quando se aponta a elevação das condições econômicas em todas as classes sociais da população brasileira.

A continuidade de programas sociais afinados com a redução da condição de exclusão e a garantia de renda, especialmente nos últimos anos, tem contribuído para induzir mudanças sociais mais duradouras, que já se tornam objeto da atenção internacional. Além de um conjunto de iniciativas relevantes exercidas a partir de organizações da sociedade civil, que excederia o espaço deste texto relatar, exemplos de ações diretas do poder público são os programas na área de saúde e, mais recente, os programas de previdência extensivos às mulheres, entre os quais a licença-maternidade de 180 dias.

Políticas Sociais para a Família Brasileira: o Bolsa-Família

O Bolsa-Família é considerado um programa social inovador frente aos programas anteriores de combate à fome e à pobreza, nos quais o foco sempre foi o indivíduo. Ele responde a uma cultura de restauração do Estado de bem-estar social, que começa a ocupar a agenda social nos anos 1990, mediante iniciativas estaduais isoladas, e que, a

partir de 2001, passa a ser regulamentada em nível federal, por meio do comprometimento com a garantia de renda mínima.

O Programa Bolsa-Família (PBF) foi criado em 2003 como uma política social integrada, desenvolvida com o fito de unificar quatro programas antes existentes (bolsa-escola, bolsa-alimentação, vale-gás e cartão-alimentação).

O PBF segue a tendência atual dos programas que têm por foco o sistema familiar, utilizando como critério de elegibilidade a renda familiar per capita. A utilização da renda como único fator de análise para a inserção no programa é objeto de crítica, sendo este fator considerado insuficiente para qualificar as distintas vulnerabilidades a que estão expostas as famílias, inclusive as que não são atendidas.

Para permanecer na condição de beneficiária do PBF, a família é instada a atender algumas condições, entre as quais a frequência sistemática dos filhos em idade escolar à escola e ao posto de vacinação, assim como das gestantes e crianças até seis anos ao centro de saúde para atenção primária e cuidados nutricionais.

O cumprimento, pelas famílias, das condições impostas ao beneficiário do PBF envolve uma infraestrutura de serviços em educação e saúde que depende grandemente dos municípios. As desigualdades existentes no Brasil se refletem em diferenças expressivas nas condições financeiras e administrativas dos diferentes estados e municípios brasileiros, o que afeta de modo agudo suas capacidades de responder às necessidades da população e aos novos papéis que lhes são requeridos.

Lavinas (2004, citada em SENNA e cols., 2008, p.90) alerta que, “ao ser exigido o cumprimento de obrigatoriedades como condição para o exercício de um direito social, os próprios princípios de cidadania podem estar ameaçados”. Tal cobrança se torna ainda mais problemática se considerarmos que não há outros mecanismos de acompanhamento das famílias além da cobrança de contrapartidas.

Políticas e Programas Sociais para a Família Brasileira: o Saúde da Família

O Saúde da Família tem por princípio básico a compreensão de que o cuidado familiar é o fundamento da atenção à saúde comunitária (SERAPIONI, 2005).

No Brasil, ele surge na esteira da perspectiva conhecida como o “cuidado comunitário”, a qual busca retirar as práticas de cuidado à saúde das instituições para inseri-las no contexto comunitário, na forma de ações que conciliam o esforço dos serviços públicos, das redes sociais da comunidade e de agentes e trabalhadores voluntários. Em outras palavras, o cuidado comunitário busca integrar a dimensão formal e informal das ações em saúde.

Na perspectiva comunitária, as famílias e redes informais da comunidade devem ser consideradas não apenas destinatárias da atenção à saúde, mas também sujeitos ativos que podem contribuir, com recursos próprios, para o processo de produção da saúde. Nesse sentido, é preciso ter em conta que não se trata de colocar os conhecimentos tácitos e práticas em saúde da comunidade para compensar as deficiências do sistema formal de saúde, mas colocar as duas dimensões em diálogo.

O Programa Saúde da Família é operacionalizado por equipes multiprofissionais lotadas em unidades básicas de saúde, que são responsáveis pelo acompanhamento de certo número de famílias residentes em uma região geográfica delimitada.

As equipes atuam diretamente com os membros da família, em ações de prevenção, manutenção e promoção da saúde, assim como de recuperação e reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. As ações se dão nas próprias unidades de saúde, nas residências dos assistidos e na comunidade, o que favorece um vínculo de compromisso e cor-responsabilidade entre equipe e população.

Políticas Sociais para a Família: tensões e barreiras

Nas distintas políticas e programas sociais, persiste uma tensão latente entre interesses coletivos e limitações de natureza econômica.

Essas últimas são determinadas, em parte, pela complexidade da problemática enfrentada pelo Estado para implementar, acompanhar e fiscalizar ações públicas descentralizadas em um país de dimensões continentais e marcado por tão graves desigualdades como o Brasil. Mas, são determinadas da mesma forma pelos conflitos de interesses entre segmentos da população que detêm graus diferenciados de poder acerca do uso do dinheiro público.

Há os que veem com desconfiança a cor-responsabilização entre Estado e sociedade na operacionalização de políticas públicas, perspectiva em consolidação desde o texto da Constituição brasileira de 1988, na qual transparecem tentativas de compensar a dificuldade do Estado em prover os cidadãos do acesso aos direitos constitucionais básicos.

Outro aspecto considerado é que algumas dessas políticas contêm um viés moral, ao beneficiarem de modo preferencial famílias estruturadas segundo uma lógica social hegemônica (heterossexuais, unidas por laços biológicos, com filhos em idade escolar, e idosos), enquanto se omitem frente à multiplicidade de outras configurações familiares presentes na nossa sociedade.

UNIDADE 2 – Atividade de auto-aprendizagem

Retorne ao texto complementar, revise e aprofunde sua aprendizagem.

Agora, verifique seus conhecimentos adquiridos na Unidade 2, realizando a atividade de revisão de leitura disponível no ambiente virtual.

Conceitos de Adolescência e a Contemporaneidade

Olá, agora vamos estudar a Unidade 3!!!

Esperamos que você esteja gostando e aprendendo bastante conosco!

Nesta Unidade, trataremos sobre:

A construção social do conceito de adolescência como fase intermediária entre a infância e a vida adulta;

Adolescência: processos de desenvolvimento social, cultura e contemporaneidade; e

Comportamentos de risco na adolescência

Contextualizando o Tema da Adolescência

O que é a infância? O que é a adolescência?

Perguntas como estas têm guiado, há pelo menos um século, a reflexão teórica e a compreensão prática das gerações mais jovens pelas ciências humanas e sociais. No entanto, tal como buscamos aprofundar na Unidade 1, os diferentes significados, valores e costumes associados à infância e à adolescência apontam que:

a adolescência é um fenômeno plural, sendo mais correto falar em termos de adolescências;

a adolescência mantém uma relação íntima com os demais fenômenos sociais em curso em dado momento histórico; e

os aspectos que definem a adolescência e o adolescente se transformam a cada época, como efeito do processo histórico da sociedade.

Considerar esses aspectos é importante quando trabalhamos com adolescentes e queremos tornar significativas nossas ações em diferentes contextos institucionais e na família.

De modo complementar, necessitamos entender os aspectos comuns entre os adolescentes brasileiros de hoje e os que vivem ou viveram em outros contextos socioculturais, assim como as particularidades que caracterizam os grupos que são objeto de nossas intervenções, atentos às suas experiências, sentimentos e fragilidades.

Na próxima seção, abordaremos alguns temas que envolvem o desenvolvimento psicossocial de adolescentes e trataremos de alguns desafios que a contemporaneidade nos impõe, os quais nos exigem a busca constante de novas posturas e abordagens que deem consistência à nossa atuação profissional.

Desenvolvimento Humano e a Cultura (1)

Compreendemos o desenvolvimento humano como qualquer processo de mudança progressiva e sistêmica da pessoa, no tempo que ocorre com base nas interações estabelecidas dentro de um contexto.

As principais dimensões consideradas para compreender o desenvolvimento humano são as neurológicas, cognitivas, emocionais, afetivas, comportamentais, sociais e políticas, entre outras. Alguns eventos irão promover mudanças em algumas delas, outros eventos vão modificar a pessoa como um todo.

O desenvolvimento humano não é um processo espontâneo ou natural, mas corresponde à ação adaptativa do organismo diante da pressão ou coação de um ou mais fatores interdependentes originários do ambiente ou contexto. Assim temos:

ambiente físico - envolve espaços físicos, sociais e instituições, que abrigam as distintas formas de atividade da pessoa no mundo;

ambiente humano - engloba as pessoas ou grupos que interferem direta ou indiretamente nas mudanças da pessoa (membros da família, colegas de escola, do time de futebol, parceiros de criminalidade, companheiros de trabalho voluntário, entre outros); e

ambiente sócio-histórico-cultural - envolve a cultura, ou seja, o conjunto de crenças, valores e hábitos de um grupo que afeta todas as concepções e práticas de promoção do desenvolvimento, em dado momento do processo histórico de uma sociedade.

Sob a influência dessas fontes de coação, o desenvolvimento não toma um único curso. Admite-se, hoje, que os processos de desenvolvimento da pessoa sigam trajetórias probabilísticas, ou seja, as experiências distintas e singulares, vivenciadas em contextos específicos a interação com pessoas e grupos particulares e, a própria interação entre tais aspectos vão levando a pessoa a futuros mais prováveis que outros. No entanto, não defendemos o predeterminismo: sempre há alguma possibilidade de romper uma trajetória e adotar outra, sob novas influências sociais.

Desenvolvimento Adolescente, a Sociedade e a Cultura

De todos os fatores e dimensões que afetam o desenvolvimento humano acima descrito, os fatores sócio-histórico-culturais são os mais importantes a serem tratados quando abordamos o desenvolvimento do adolescente, ou seja, consideramos que o nicho cultural determina de modo íntimo as demais dimensões do ambiente e suas relações.

Cada contexto sociocultural tem uma pauta de expectativas e representações sobre os adolescentes e a adolescência, que determina, implícita ou explicitamente, papéis sociais e comportamentos, apoiando-se em aspectos fisiológicos, sexuais, afetivos, sociais, políticos e institucionais.

As relações entre a sociedade, no sentido amplo, e o adolescente podem ser contraditórias, pois, raramente, estabelecemos com eles relações horizontais, pautadas na ética e na solidariedade. Como efeito, seus comportamentos evidenciam uma relação de mão dupla, que, às vezes, reflete e em outras desafia o lugar social que lhes é imposto pelo mundo adulto. Observe alguns exemplos:

A sociedade espera maturidade do adolescente e do jovem mas, muitas vezes, não lhes oferece condições para o pleno desenvolvimento educacional, profissional e social, ou seja, condições que fundamentem comportamentos ajustados. Isso se exemplifica pelo número de adolescentes fora da escola e do sistema produtivo, quando faltam modos de inserção social para a nossa juventude.

Há vezes em que programas sociais orientados para a adolescência são criados nos quais o adolescente raramente é ouvido. A sociedade atribui uma "infantilidade social" ao adolescente que os impede de participar quando se trata de definir ações sociais e políticas que lhes dizem respeito.

Muitas ações e programas desprezam a multiplicidade de formas assumidas pelas identidades juvenis (que são parcialmente representadas no vídeo a que assistimos).

Quando são abordadas as características culturais de uma sociedade, raramente são incluídos os produtos da cultura juvenil de uma geração.

As contradições que cercam o lugar da juventude em nossa sociedade são reveladoras de um processo político, do qual necessitamos ter consciência: a negação ou invisibilização do lugar social do adolescente e do jovem.

Em alguma medida, podemos considerar a estética dos agrupamentos de adolescentes e jovens (colorida, com ornamentos e penteados exóticos), e os comportamentos de risco (envolvendo drogas, esportes radicais e outras atividades) como formas excêntricas ou extremas de expressar sua condição social e subjetiva, muitas vezes apagada pelo mundo adulto.

Adolescência, Juventude e Contemporaneidade (1)

A adolescência é objeto de concepções ambíguas, associadas às representações negativas no contexto contemporâneo.

Ressaltam-se nos adolescentes aspectos como a instabilidade emocional, a postura desafiadora, o imediatismo e a tendência à ação irrefletida, desconsiderando a presença em nossa sociedade de grande número deles que trabalham, criam e mantêm relações familiares e sociais respeitadas.

Embora o adolescente seja socialmente desvalorizado, a adolescência parece guardar a fórmula de um ideal de corpo, de comportamentos e valores muito prezados por diferentes grupos etários: tanto há crianças que querem ter a infância encurtada, para que se convertam o mais rapidamente em pré-adolescentes, como adultos que se esforçam para retardar o envelhecimento, buscando ativamente manter um corpo e uma imagem próxima dos padrões de beleza, virilidade e vigor que são típicos dos primeiros anos da juventude.

A adolescência, de acordo com os critérios adotados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é o período da vida que vai dos 12 aos 18 anos. Já a juventude é arbitrariamente caracterizada como o intervalo entre 14 e 24 anos.

Temos clareza de que a correspondência entre idades cronológicas e processos humanos não é natural, mas construída em um complexo processo histórico que, apoiado em critérios intelectuais e sociais de uma dada cultura, cria consensos que são progressivamente incorporados a crenças, valores e normas. De todo modo, a superposição de idades e a ambiguidade das fronteiras entre a adolescência e a juventude denotam a dificuldade de se estabelecer esses limites com clareza, nas sociedades atuais, que não contam com critérios consensuais de desenvolvimento, tais como nas culturas antigas.

Em muitas culturas arcaicas, e em algumas delas até os dias atuais, a transição simbólica da infância à vida adulta se dava de modo direto. Eventos rituais denominados ritos de passagem, encarados como celebrações que envolviam a todos na comunidade,

marcavam essa transição, caracterizada pela “morte” simbólica da criança seguida do nascimento social do adulto. Conforme o grupo considerado, essa passagem podia envolver provas de força e virilidade, superação e resistência a humilhações.

A despeito da idade cronológica adotada pelo grupo específico, que pode variar de cultura para cultura e de época para época de uma cultura, o jovem iniciado passa a ser considerado um adulto, apto para o trabalho, o casamento, a procriação e para a participação política na comunidade.

Podemos defender que, nas sociedades urbanas industrializadas, os ritos de passagem específicos e únicos foram substituídos por vários marcadores simbólicos de autonomia e desenvolvimento que, somados, contribuem para a mudança de auto-imagem e de status social pelos mais jovens, inserindo-os em imagens mais adultizadas. São alguns exemplos desses marcadores em nossa sociedade:

- obter a chave de casa;
- terminar o ensino fundamental;
- dominar o espaço público, frequentar eventos noturnos;
- experimentar bebidas alcoólicas ou drogas;
- debutar;
- realizar façanhas que envolvam comportamentos que transgridem limites sociais;
- entrar na universidade;
- viver as primeiras relações amorosas e experiências no campo da sexualidade;
- tirar a licença de motorista;
- alistar-se no exército, alcançar o primeiro emprego;
- sair de casa para morar fora, casar etc.

Todos esses são exemplos de experiências culturais que evidenciam uma transição em andamento. Somadas, elas afastam a pessoa da condição infantil e aproximam-na do status social adulto.

Desenvolvimento Social do Adolescente

Adolescência, Juventude e Contemporaneidade (2)

Quanto mais complexas e heterogêneas as sociedades, mais elementos temos de considerar a fim de compreender um fenômeno social, como a adolescência. Assim, são várias as especificidades e serem consideradas se queremos decifrar as experiências adolescentes na sociedade contemporânea. São aspectos dignos de nota, na atualidade, para bem compreendermos a complexidade da adolescência e da juventude, entre outros:

Mudanças de perfil de idade quanto à transição para a vida adulta: a maior expectativa de vida, as exigências ampliadas de formação acadêmica e profissional, entre outros fatores, contribuem para o alongamento da adolescência, ainda que esse fenômeno atinja diferentemente as distintas classes sociais.

Ausência de parâmetros claros em termos de valores ético-morais: a adolescência e a juventude são momentos críticos na construção da identidade da pessoa. A existência de estruturas sociais fortes e de figuras de identificação autênticas é fundamental para a constituição dos valores pessoais e a formação do caráter dos jovens. Na atualidade, as estruturas sociais cada vez mais fluidas e inconstantes inibem as boas fontes de referência social e comprometem a base de sua formação pessoal.

Dificuldades da família para cumprir o papel mediador do desenvolvimento das novas gerações: é frequente pais relatarem as enormes dificuldades que esbarram para efetuar uma educação orientada para valores, tarefa que se torna especialmente árdua nas famílias com filhos adolescentes.

Mas, por que isso acontece?

Parando para refletir

Apresentamos abaixo os links para dois textos complementares, que vão ajudar você a aprofundar a compreensão do tema desta Unidade:

O adolescente como pessoa em desenvolvimento e a contemporaneidade

Desenvolver e adolecer

Desejamos a você uma boa leitura!!!

O ADOLESCENTE COMO PESSOA EM DESENVOLVIMENTO E A CONTEMPORANEIDADE

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Para melhor compreender o conceito de adolescência e ultrapassar alguns mitos existentes em torno do adolescente faz-se necessário considerar a adolescência como fase do desenvolvimento do ciclo de vida humana.

“Quem é esse ser, o adolescente?”

Se você tentou responder à pergunta acima, certamente deve ter se surpreendido apresentando algumas visões fechadas (e possivelmente negativas) sobre a adolescência:

“Adolescente é aborrecente!”

“Adolescente é aquele ser grande demais para ser criança e bobo demais para ser adulto”

“É consumista... é imediatista... é inseguro... é irresponsável.”

As idéias acima expressam mitos que são muito comuns sobre a adolescência. Esses mitos estão presentes nas muitas concepções sociais acerca dessa fase da vida, e se mantêm porque nós as repetimos em diferentes

contextos. Tendemos a naturalizar o caráter problemático da adolescência, não percebendo que as imagens de irresponsabilidade, intransigência, labilidade emocional, imprevisibilidade etc, são parte da experiência adolescente apenas em determinados contextos socioeconômicos e culturais privilegiados. Para outros contextos, esta fase é marcada pelo trabalho arduo, disciplina e muita responsabilidade

Desenvolvimento Social do Adolescente

Ao longo da adolescência, inicia-se um período no qual se formará a base da identidade que se levará para a vida adulta. A adolescência marca a separação física e simbólica entre o jovem e seus pais.

Adolescentes sentem necessidade de construir um sistema próprio de valores que fundamentem sua visão de mundo, o que pode implicar em afastar-se da família. Nesse período da vida, o grupo representa o contato com outros valores e formas de vida distintas da sua. É um meio de troca de informações recolhidas em distintas situações familiares e sociais, que são compartilhadas e negociadas entre os adolescentes, favorecendo a emergência de novos significados, próprios.

As atividades sociais preferidas pelos adolescentes dispensam os adultos e centram-se cada vez mais nos pares de idade. O adolescente encontra no espaço público um palco para exercer sua recém-conquistada maior autonomia e liberdade, de modo que o alcance das mãos dos pais sobre os filhos adolescentes fica reduzido, aspecto agravado por outro elemento da sociocultura contemporânea: o tempo restrito de convivência entre pais e filhos, determinado pelo trabalho extra-doméstico dos cônjuges.

Entendemos a educação familiar como prática cotidiana contínua de diálogo, negociação de limites e de alternativas para a conduta humana entre pais e filhos, com base em regras sociais e familiares. As oportunidades de levar a cabo a educação familiar reduzem-se a partir da puberdade. Caso bases sólidas de conduta e valores não tenham sido estabelecidas na infância, as dificuldades em estabelecê-las na adolescência se multiplicam.

Em suma, para construirmos uma adolescência saudável, grande parte dos tijolos é assentada na infância.

A Formação dos Grupos na Adolescência

O ser humano é um animal social. É na adolescência que essa sociabilidade se manifesta de modo mais explícito. O grupo e as atividades sociais realizadas em grupo, que passam a ocorrer no espaço extra-doméstico, adquirem especial relevância para o jovem, o que exige dos educadores (pais e professores) grande habilidade na tarefa de negociar limites, considerando de modo global os prazeres e riscos que tais atividades tendem a apresentar.

Ao longo da adolescência, o grupo de pares de idade passa a representar objeto de crescente interesse e atenção. Há estudos que indicam o aumento, em cerca de 50%, do número de horas livres passadas com os grupos em relação às que são destinadas ao convívio em família.

Entre os pares, o adolescente tende a encontrar mais acolhimento, e menos crítica e controle, do que em família. Os adolescentes tendem a eleger como amigos quem compartilha de seus interesses, valores e atitudes, aumentando a possibilidade de encontrar entre eles solidariedade e apoio. Desse modo, passam também a priorizar atividades grupais sobre as realizadas individualmente.

Há, basicamente, dois tipos de grupos sociais: os grupos afiliativos ou contratuais e os agrupamentos informais.

Os grupos afiliativos são os que envolvem um comprometimento mútuo e a formação de vínculos afetivos e de amizade entre seus integrantes. Objetiva-se a manutenção do sentimento coletivo de adesão ao projeto de grupo, ao longo do tempo. São atividades juvenis em grupos afiliativos: esportes de equipe, atividades culturais (grupos de teatro, coral, bandas de rock), comunitárias (ações afirmativas, trabalho voluntário, escotismo) e de cunho religioso (grupos jovens e de assistência social).

Já os agrupamentos informais expressam uma sociabilidade de ocasião, marcada por laços mais frágeis e efêmeros. Os adeptos estão ligados pela identificação, a ideias e a valores compartilhados e não necessariamente se conhecem ou compartilham alguma atividade concreta. São exemplos as torcidas de times de futebol, os apreciadores de determinado estilo de lazer, colecionadores, praticantes de determinados hobbies.

Grupos e Relações de Gênero na Adolescência

Na puberdade e início da adolescência prevalecem os grupos de amizade separados por gênero, o que é uma característica marcante desde os grupos infantis.

Com o tempo, há uma reorientação da composição das redes de adolescentes, surgindo os grupos mistos quanto ao gênero. A ocorrência das amizades mistas favorece a formação de novas formas de afetividade e propicia condições para os primeiros enlances amorosos.

Também aqui são muitos os fatores socioculturais que contribuem para definir o momento e o significado dos grupos mistos. Observa-se, que em contextos sociais mais conservadores, a separação por gênero tende a caracterizar os agrupamentos juvenis por mais tempo do que em contextos urbanos mais complexos.

Nos primeiros, igualmente, a iniciação sexual dos jovens tende a ser mais tardia, embora os casamentos possam ser mais precoces que entre os últimos.

Por outro lado, nos agrupamentos formados em torno de atividades transgressivas, permanece como importante característica a separação por gênero. Há estudos que ressaltam que a transgressão, que permanece como atividade fortemente masculina ainda que haja um aumento da participação de grupos femininos, representa um importante marcador de identidade para os jovens.

Outro aspecto que se altera no curso da adolescência é o senso de exclusividade na filiação ao grupo. Quando mais jovens, os adolescentes costumam ter ciúmes dos amigos/as e nutrem a expectativa de uma relação exclusiva que envolva a todos no grupo. Com o tempo, a tendência passa a ser a ampliação das redes, com as quais o adolescente estabelece vínculos de qualidade e intensidade variados, desde os agrupamentos funcionais até as verdadeiras amizades.

O Grupo como Rede de Apoio e Espaço de ações Afirmativas

Em contextos comunitários marcados pela pobreza e pela vulnerabilidade das condições sociais, o grupo pode representar uma força contra as dificuldades e as barreiras enfrentadas no cotidiano dos jovens.

Há uma tendência a dar mais evidência aos problemas que decorrem dos agrupamentos juvenis do que às possibilidades potencializadas que contêm. Entretanto, há nos dias atuais uma atenção a esse fato, resultando em um conjunto de ações que visa a formação de lideranças juvenis, de grupos comprometidos com ações de protagonismo, e outras possibilidades de ação orientadas para questões concretas da comunidade, objetivando a promoção da cidadania e a responsabilidade do jovem com a transformação de sua realidade social.

Deve-se notar que as ações juvenis afirmativas padecem da mesma invisibilidade a que nos referimos antes. Há muitas ações no âmbito da cultura, da saúde, dos esportes e do voluntariado, em curso em comunidades pobres, que são viabilizadas graças ao empenho exclusivo dos jovens locais, e que julgamos exercer um importante papel micro-político na mudança social.

No entanto, essas ações ocorrem silenciosamente, sem receber qualquer destaque nos demais segmentos da sociedade, aspecto que contribui para reproduzir e reforçar as imagens sociais negativas acerca da juventude.

O grupo e as Atividades Transgressivas na Adolescência

Entre as atividades dos adolescentes relacionadas de modo íntimo à vida em grupo estão as transgressivas e de risco.

A cumplicidade do grupo tem papel de fundamental importância também na prática de atividades infracionais. A lealdade intra-grupo, assim como a socialização da responsabilidade e da culpa entre seus membros, é uma estratégia frequentemente adotada por adolescentes autores de infração, objetivando diminuir o peso da responsabilidade individual e camuflar sua posição de autor.

É sob a influência do grupo que adolescentes e jovens tendem a experimentar e a fazer uso abusivo do álcool e de substâncias psicotrópicas (tema a ser aprofundado na Unidade 5 deste Módulo). A chamada pressão pelos pares, traduzida na coação exercida para que o adolescente aja em conformidade com as regras e valores do seu grupo mais próximo, é também um tema constante de filmes e obras literárias.

No entanto, os estudos mais recentes evidenciam que a ocorrência de condutas tais como rebeldia, comportamento de risco, tabagismo, abuso de álcool, sexualidade precoce, infração, entre outros comportamentos eventualmente caracterizados pela sociedade como impróprios para os jovens, reflete atividades humanas inseridas em complexas redes de valores e significados sociais, que não podem ser reduzidas a uma única causa, no caso, a influência direta dos pares.

Esses aspectos nos alertam para a necessidade de intervir sobre as redes sociais de adolescentes e jovens se desejamos aprimorar a abordagem do fenômeno do conflito com a lei.

Não há como compreender os comportamentos juvenis e intervir sobre eles, sem considerar em nosso modelo compreensivo as características gerais que definem o contexto e a realidade sociocultural em que as atividades humanas ocorrem.

Por outro lado, consideramos ser impossível compreender qualquer dimensão da adolescência e juventude, sem considerar como parte da questão os outros adolescentes e jovens. A moda por eles seguida, o tipo de música que apreciam, as atividades de lazer que preferem e o tipo de cultura que consomem são, em certa medida, definidos a partir de modelos encontrados nos grupos de pares, que atuam tanto positiva como negativamente na definição da trajetória e das possibilidades de desenvolvimento dadas ao adolescente.

Sociedade do Controle, Violência e a Cidade

Introdução

UNIDADE 6 – Sociedade do Controle, violência e cidade

Parabéns! Você está entrando na última Unidade do Módulo 1. Nesta Unidade vamos tratar dos seguintes temas:

- O adensamento populacional das cidades;
- A "favelização" dos grandes centros urbanos;
- Os tipos de violência;
- Os efeitos da violência na cidade;
- O Controle Social e a Sociedade do Controle;
- A Segurança Pública como controle de Estado; e
- A Sociedade vigiada: controle midiático.

Com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre o tema dessa Unidade,

Introdução

Proponho a você estudar o tema dessa Unidade a partir de uma inversão lógica do próprio título. Primeiramente, veremos um pouco sobre a cidade, seu crescimento, a segregação social e os problemas provocados pelo crescimento populacional vertiginoso nos grandes centros urbanos.

Em seguida, compreenderemos mais um pouco o fenômeno da violência, a partir da ótica urbana, isto é, da perspectiva da cidade.

Ao final, após passarmos pelos temas da cidade, da violência urbana, analisaremos a questão do controle social como forma de manter essa cidade sob condições de segurança, de tal modo que ela não entre em colapso social.

Os índices de violência nos grandes centros urbanos têm sido tão intensos que a sociedade urbana passa a ser conhecida também como a sociedade do controle.

A Cidade

. Cidade

Cidades e metrópoles se diferenciam por seu tamanho e complexidade urbana. Enquanto as cidades são as sedes de determinados municípios, independente do número de habitantes que possam ter, as metrópoles, por sua vez, são cidades com população absoluta superior a 1 milhão de habitantes. (FREITAS, 2010).

Atualmente as cidades estão entrando num processo de verticalização, que é o processo próprio dos centros urbanos que têm suas construções físicas expandidas de modo vertical. Verticalização, portanto, é o fenômeno da transformação arquitetônica de uma cidade. Geralmente, ocorre por falta de área geográfica comprometida provocando uma mudança da forma horizontal das construções para a verticalização.

As cidades de grande porte, isto é, as metrópoles, têm provocado um processo de segregação social àqueles menos privilegiados socialmente. Tal fato pode ser verificado em vários espaços destinados a produzir a apartação.

Os grandes shoppings centers são considerados, por exemplo, espaços de apartação social. Algumas classes sociais não têm acesso ao seu interior por causa de uma série de mecanismos destinados propositalmente a apartar socialmente as classes indesejadas. Isso pode ser observado na distância em que os shoppings estão dos grandes centros urbanos, a vigilância dentro e fora dos shoppings para abordar qualquer pessoa “suspeita”, o custo dos objetos à venda dentro dos shoppings, etc.

As cidades têm crescido bastante nas últimas décadas. Com esse crescimento, também tem aumentado os problemas próprios da urbanidade. As cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global nos últimos 60 anos. Em 1950, havia 86 cidades

no mundo com mais de 1 milhão de habitantes. Hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes. (Davis, 2007, p.13).

O Aumento Populacional das Cidades

1.1 O aumento populacional

Nesse cenário de intenso crescimento global dos centros urbanos, “a força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse” (DAVIS, 2006, p. 14).

O meio rural em todo o mundo alcançou sua população máxima e, segundo estimativas dos demógrafos, começará a diminuir a partir de 2020, conquanto a tecnologia já tenha alcançado o meio rural. Ainda assim as pessoas estão preferindo viver nas cidades. (DAVIS, 2006, p. 14). “As cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050” (DAVIS, 2006, p. 14).

Estuda-se hoje o fenômeno do surgimento das megacidades (cidades com mais de 8 milhões de habitantes) e, ainda o das hipercidades, cuja população ultrapassa os 20 milhões de habitantes.

A publicação Far Eastem Economic Review estima que, em 2025, a Ásia, sozinha, poderá ter dez ou onze hipercidades como: Jacarta (24,9 milhões), Daca (25 milhões) e Karachi (26,5 milhões). Prevê-se que Mumbai (Bombaim) atinja 33 milhões de habitantes, embora não se saiba se concentrações de pobreza tão gigantescas são sustentáveis em termos biológicos e ecológicos. (DAVIS, 2006, p. 16).

“As cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também criam novos e impressionantes corredores, redes e hierarquias. A Região Metropolitana Ampliada Rio-São Paulo (RMARSP) inclui as cidades de tamanho médio no eixo viário de 500 quilômetros entre as duas maiores metrópoles brasileiras”. (DAVIS, 2006, p. 16).

O crescimento rápido das cidades tem se dado acima de sua capacidade para abrigar sua população. Tal fato tem gerado uma acomodação populacional em precária situação, dando origem às favelas, geralmente na periferia das grandes cidades ou em bolsões de mata no interior de metrópoles.

A "Favelização" dos Grandes Centros Urbanos

1.2 A “favelização” dos grandes centros urbanos

Ao analisar o crescimento das cidades em todo o planeta, observa-se que “desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita” (DAVIS, 2006, p. 27). O Brasil não fica atrás. As favelas de São Paulo cresceram na década de 1990 no ritmo impressionante de 16,4% ao ano. Em 1973, 1,2% da população são paulina era de favelados. Em 1993 essa população já significava 19,8% em relação a toda a cidade. (IMPARATO, RUSTER, 2003, p. 333).

Na Amazônia brasileira, grandemente privada de serviços públicos e transporte municipal, as favelas crescem com mais velocidade do que no restante do mundo. De acordo com pesquisa realizada por Browder e Godfrey, 80% do crescimento das cidades da Amazônia tem-se dado nas favelas. (BROWDER; GODFREY, 1997, p.130).

Em todo o mundo, o crescimento das cidades tem provocado o aumento das regiões urbanas periféricas, desprovidas da maior parte dos bens comuns fundamentais para que a cidadania se efetive. Em geral, falta água potável e encanada, rede de esgotos, energia elétrica, assistência médico-hospitalar, escolas, policiamento, etc. As favelas crescem num ritmo frenético. Estudos revelam que “as favelas indianas continuam a crescer 250% mais depressa do que a população em geral.” (HASAN, 1996, p. 34). “Os demógrafos estimam que em 2015, a África negra terá 332 milhões de favelados, número que continuará a dobrar a cada quinze anos” (DAVIS, 2006, p.28).

Diante desse crescimento vertiginoso dos grandes centros urbanos, provocando o que alguns demógrafos estão chamando de “favelização” do planeta, há de se considerar algumas consequências desse adensamento populacional nas cidades.

Primeiramente, o adensamento populacional nas cidades tem provocado um esgotamento dos recursos naturais. Tanto a flora como a fauna ficam comprometidas, bem como as fontes hídricas.

O adensamento populacional nos centros urbanos também provoca uma intensificação das taxas criminais. Quanto mais pessoas convivendo juntas, maior a probabilidade do surgimento de conflitos. O fato de uma cidade ser de pequeno porte não elimina as manifestações de violência em sua área. Entretanto, quanto maior a cidade, mais complexas são as relações sociais, produzindo, enfim, uma maior probabilidade de conflitos.

Em terceiro lugar, é preciso considerar ainda a perda acelerada da qualidade de vida. A concentração populacional numa determinada região compromete o uso de água potável, além da perda de qualidade pela ausência ou ineficiência das redes de esgoto, bem como o consumo excessivo de energia elétrica.

“Metade das favelas de São Paulo fica às margens dos reservatórios que fornecem água à cidade. Isso põe em risco a saúde pública, já que os invasores lançam os seus resíduos diretamente nos reservatórios ou os riachos que lhes fornecem água. Os sistemas de controle de qualidade da rede de água municipal têm sofrido problemas numerosos nos últimos anos. Além de aumentar a cloração da água para impedir doenças entéricas, mal conseguem controlar a proliferação de algas, já que elas crescem demasiado com o acúmulo de material orgânico” (TASCHNER, 1995, p. 193; GALVÃO, 2003, p. 10)

O adensamento populacional provoca também um excesso de ruído gerador de poluição sonora, acarretando enfermidades nos indivíduos da região, a médio e a longo prazo.

O adensamento populacional nas cidades provoca também um aumento e uma sobrecarga nas horas de trabalho, pois a demanda por bens e serviços é alta.

Os grandes centros urbanos produzem ainda uma perda gradual de contato (mesmo o contato social primário) com a família. O contato social primário é aquele em que envolve algum tipo de afetividade.

É nas grandes cidades também que se observa um colapso dos espaços burocráticos: fóruns, cartórios, entre outras instituições públicas.

É preciso considerar também que o adensamento populacional das grandes cidades provoca o estrangulamento da malha viária e o conseqüente aumento da violência no trânsito.

Além disso, é preciso considerar a elevação da temperatura ambiental. As grandes cidades promovem um aquecimento climático advindo das estruturas de concreto, da manta asfáltica das estradas, do desmatamento, do excesso de uso de aparelhos elétricos, etc.

Portanto, somos seres sociais vivendo, na maior parte das vezes, nas cidades. Para que o meio urbano não se transforme num ambiente social hostil é preciso cuidar dele de tal modo que não se transforme num ambiente de violência.

A Violência

2. Violência

Uma vez que a maior parte da população global vive no meio urbano, é nesse ambiente que se observa o maior número de manifestações de violência. A cada dia somos confrontados com dados assustadores, quando se trata de violência. Por exemplo: quando se trata de analisar os homicídios de crianças e jovens no Brasil, percebe-se um percentual alto. De 1980 e 2002, (portanto, 22 anos) o número de homicídios entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos representou 16% do total de homicídios em todo país. (TOURINHO;CARDIA; SANTOS, 2007, p.41) Do total de óbitos por homicídios ocorridos nesse período, 88,4% foram do sexo masculino. Considerando o tipo de arma usada, 59,8% dos homicídios foram por arma de fogo, 21,1% por outros instrumentos e 19,1% por instrumentos não especificados. (TOURINHO;CARDIA; SANTOS, 2007, p. 42).

Clique aqui para assistir à entrevista com o Comandante Edson Barbosa Silva, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, atualmente ocupando a função de Corregedor Geral da PMDF.

Quando se trata de analisar a violência contra a mulher, em níveis mundiais, percebemos mais detalhadamente a gravidade do fenômeno. De acordo com o Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde (2002), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, seja este seu companheiro atual ou não. Esse tipo de violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres de 15 a 44 anos no mundo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada. (OMS, 2002). Veja aqui vídeo sobre a violência contra a mulher.

Estes são apenas alguns dados, à guisa de exemplo, para que percebamos a gravidade do assunto violência.

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Ora, violência é um conceito muito amplo. É bem mais do que uma constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido. O que é dor para um pode não ser para outro.

As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, sequestro, roubo e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, constituem um grupo, dentro do fenômeno da violência, que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. Um fenômeno novo da violência urbana trata dos conflitos urbanos previamente agendados.

Veja no vídeo a prisão de vários adolescentes que tinham como hábito marcar dia e hora, no Parque da Cidade em Brasília, para a realização de brigas.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os fenômenos tipificados como crimes, mas também todos os efeitos psicológicos que provoca sobre as pessoas. Sendo assim, a violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, pois os indivíduos de uma sociedade permeada pela violência tornam-se desconfiados de seus pares, e se isolam em sua própria área de atuação, pois ali se julgam seguros.

Sociedades marcadas pela violência caracterizam-se por indivíduos cujas residências se tornam cada vez mais encasteladas, com muros altos, cães de guarda, grades de proteção nas janelas e portas, cercas elétricas, alarmes, segurança particular, etc.

Na última década, a violência tem estado presente em nosso dia-a-dia, no noticiário e em conversas com amigos. Todos conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirma que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos. É preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos moradores, principalmente os das periferias. Uma tarefa que não é só do Poder Público, mas de toda a sociedade.

Quando se trata de estudar o fenômeno violência é preciso estar atento ao fato de que a violência física é uma manifestação espetacular limitada a ocorrências em menor escala. A violência mais abrangente, forte e densa é a violência psicológica, moral, ética e verbal. Esta se realiza no cotidiano, nas relações sociais de modo invisível, sempre sutil, na maior parte das vezes, imperceptível aos que estão ao lado da vítima e do

agressor. É a violência velada, implícita, na qual – em geral – somente o agressor e a vítima têm consciência das agressões infringidas e da vitimização ocorrida. “Mesmo oculta, não-verbal, abafada, a violência transpira através dos não-ditos, dos subtendidos, das reticências, e exatamente por isso é um vetor de angústia” (HIRIGOYEN, 2002, p. 112).

Sendo assim, é importante que se tenha consciência de que a violência ocorrida num ambiente de privação de liberdade é menos visível do que se pode perceber num primeiro momento. A violência nesses ambientes é construída em um mundo complexo e dissimulado, inacessível ao observador desatento e incapaz de, dialeticamente, envolver-se e distanciar-se. Possivelmente será vista apenas a manifestação da violência óbvia em um ambiente de privação de liberdade, qual seja, a violência física, cujas feridas, bem ou mal, são cicatrizadas com o tempo. A maior e mais significativa manifestação da violência encontra-se no âmbito psicológico.

A Organização Mundial da Saúde propõe uma tipificação da violência estratificada em três níveis principais. A partir desses níveis, é possível identificar outras subcategorias, bem como classificá-las de acordo com sua natureza. De acordo com a OMS, a violência estratifica-se em: 1) Violência Auto-infligida, 2) Violência Interpessoal, 3) Violência Coletiva.

A violência infligida se subdivide em a) Conduta suicida, b) Auto-abuso. A violência interpessoal, por sua vez, se subdivide em: a) família/ companheiro(a), b) Comunidade. Isso significa que a violência interpessoal pode ocorrer a partir da família/companheiro(a) ou a partir da comunidade vicinal – os vizinhos. Em se tratando da violência em família, suas vítimas são as crianças, os idosos, ou o cônjuge – o(a) companheiro(a). Já a violência interpessoal ocorrida a partir da comunidade é realizada por meio de conhecidos ou desconhecidos. Por fim, a violência coletiva se subdivide em a) social, b) política, c) econômica.

A natureza da violência pode ser de ordem: 1) física, 2) sexual, 3) psicológica, ou 4) privação ou negligência. Destas quatro, apenas a de ordem sexual não se aplica na conduta suicida e no auto-abuso. Todas as demais se aplicam nas outras categorias. Para compreender melhor essa tipologia, veja o gráfico, clicando aqui.

Sociedade do Controle

3. Sociedade do Controle

A expressão “controle social” geralmente é voltada para o estudo do “conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993:101). Isso significa que manter o controle social é utilizar todos os recursos possíveis para que os indivíduos de uma determinada sociedade se conformem com o status quo legitimado por essa sociedade. “São vários os meios de controle social, eles podem ser públicos ou privados e seu objetivo é proteger a ordem e defender a sociedade dos comportamentos considerados perigos” (COUTINHO, 2010, p.2).

Ora, numa sociedade, cujas taxas de violência estão cada vez mais altas, é imprescindível que se aumente também o controle social para que essa violência se mantenha dentro de limites suportáveis. Para tanto, a sociedade moderna tem utilizado todos os meios possíveis, entre os quais os meios tecnológicos, como câmeras de filmagens on-line, radares de alta velocidade, produtos químicos para desvelamento de pistas antes invisíveis, chips de rastreamento de veículos, sem considerar o controle do Estado sobre o CPF dos indivíduos, cartão de crédito e débito, etc. Clique aqui e veja trechos de reportagens mostrando o controle social por meio de câmeras de filmagens em cidades brasileiras e no exterior.

A sociedade mantém controle rígido sobre seus membros. Contudo, a violência continua crescendo nos centros urbanos. Curiosamente, os telejornais noticiam assaltos e furtos, filmados por câmeras, cujos protagonistas agem com desenvoltura e desinibição, mesmo sabendo que estão sendo vigiados.

Anthony Giddens observa que os mecanismos de vigilância são uma das principais dimensões institucionais da modernidade. A modernidade é caracterizada pela vigilância social. Ser moderno é ser vigiado. Para Giddens, a concentração administrativa que caracteriza os Estados modernos em geral “depende do desenvolvimento de condições de vigilância bem além daquelas características das civilizações tradicionais” (GIDDENS, 1991, p. 63). Para ele, a vigilância se refere à supervisão das atividades da população súdita (...) de modo direto – em instituições como as prisões, as escolas, os locais de trabalho, etc. – e, sobretudo, de modo indireto, fundamentada no controle da informação (GIDDENS, 1991, p. 63).

A sociedade do controle utiliza os aparatos de segurança pública, sobretudo por meio da tecnologia midiática, sempre com o propósito de dirimir as altas taxas de violência. O uso da mídia para conter a violência tem sua importância, uma vez que imagens, além de serem mais contundentes que as palavras, pois falam por si mesmas, também têm o poder de produzir uma comoção social.

A informação “transformada em imagens” produz um efeito de dramatização suscetível de suscitar muito diretamente emoções coletivas, “porque “[...] as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais do que o discurso, sem dúvida, elas parecem designar uma realidade indiscutível; mesmo que sejam, igualmente, o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção” (CHAMPAGNE, 1993, p. 62).

Uma sociedade que busca manter o controle sobre a violência não pode prescindir do aparato policial para manter a ordem e a segurança. Portanto, Segurança Pública passa principalmente pela força policial, mas não apenas por ela. Segurança Pública também diz respeito à iluminação pública, à ausência de terrenos baldios e repletos de mato nos quais criminosos podem se esconder para aguardar novas vítimas. Segurança Pública se evidencia pela construção de uma malha viária urbana, de modo a evitar os estreitos caminhos e atalhos construídos por pedestres.

Como vimos, Segurança Pública passa também pelo viés da tecnologia, da vigilância midiática. Ora, apenas a força policial não será capaz de combater a violência numa determinada sociedade. É preciso um esforço conjunto de todas as frentes do Estado,

associadas à sociedade, utilizando-se de todos os meios possíveis para que se mantenha o controle social.

Em cidades cada vez maiores, com uma densidade populacional sempre crescente, com o aumento da pobreza e o enfavelamento dos grandes centros urbanos, é preciso uma atuação conjunta do Estado e Sociedade no enfrentamento desse quadro. Para diminuir a violência, entre outras ações e políticas públicas voltadas para a educação, saúde, emprego e moradia, é imprescindível haver uma sociedade do controle em todas essas áreas, principalmente quanto à violência urbana.

Referências bibliográficas Unidade 6

ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 168-176, 2004

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993. 653p.

BROWDER, John; GODFREY, Brian. Rainforest Cities: Urbanization, Development and Globalization of the Brazilian Amazon. Nova York: Columbia University, 1997.

CHAMPAGNE, Patrick. “La vision médiatique”. in: BOURDIEU, Pierre (Org.), La misère du monde. Paris: Seuil, 1993.

COUTINHO, Ana Helena Cardoso. Controle social, violência urbana e Direitos humanos. Relatório Final. Departamento de direito. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CCS/Dir/DIR_02_Ana%20Helena%20.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2010

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

**FREITAS, Eduardo. Equipe Brasil Escola.
<http://www.brasilecola.com/brasil/urbanizacao.htm> Acesso em 26 de maio de 2010.**

GALVÃO, Luis. A Water Pollution Crisis in the Americas, Habitat Debate, Sept. 2003. Um-Habitat / United Nations Human Settlements Programme.<http://ww2.unhabitat.org/hd/hdv9n3/10.asp#americas> Acesso em 28 de maio de 2010.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Edunesp, 1991.

HASAN, Arif. Introduction in KHAN, Akhtar Hameed. Orangi Pilot Project: reminiscences and reflections. Karachi: Oxford University, 1996.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IMPARATO, Ivo; RUSTER, Jeff. Slum Upgrading and Participation: Lessons from Latin America. Washington: Work Bank, 2003.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Informe mundial sobre la violencia y la salud:resumen. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, 2002

http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_es.pdf Acesso em 28 de maio de 2010.

POPULATION INFORMATION PROGRAM, Center for Communication Programs, The Johns Hopkins Bloomburgs School of Public Health, Meeting the Urban Challenge, Population Reports, v.30, n. 4, Baltimore, outono (set.-nov.) de 2002, p.1.

PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=606&catid=20:sobre-a-violencia-contr-a-mulher acesso em 24 de maio de 2010.

TASCHNER, Suzana. “Squatter Settlements and Slums in Brazil”, in ALDRICH, Brian; SANDHU, Ranvinder (Orgs.). Housing the Urban Poor: policy and practice in developing countries. London: Taschenr, 1995.

TOURINHO, Maria Fernanda Peres; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla. Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil, 1980 a 2002. São Paulo:Núcleo de Estudos da Violência/Universidade de São Paulo-NEV/USP, 2006.

http://www.ovp-sp.org/relatorio_nevusp_homicidios_jovens.pdf acesso em 24/05/10

Fatores de risco e teorias explicativas sobre o fenômeno da adolescência em conflito com a lei.

As teorias explicativas sobre o fenômeno da adolescência em conflito com a lei: vulnerabilidade e resiliência; e

O desenvolvimento da pessoa: muitos caminhos

Leia o seguinte relato:

Uma senhora de meia idade escreve ao programa de rádio, no qual um psicólogo responde às queixas dos ouvintes. Ela comunica que sente sua liberdade e autonomia estão comprometidas pelo fato de os dois filhos solteiros, de 28 e 30 anos, não terem buscado uma vida autônoma, continuarem não somente a habitar com ela, mas a dependerem dela para todas as atividades domésticas. Ela os descreve como imaturos e inseguros e se diz arrependida hoje em dia por haver sido uma mãe zelosa e amorosa.

Escuta do terapeuta da rádio que seus filhos padecem de “excesso de amor”, que o amor fartamente devotado pela mãe ao longo da vida impediu que os mesmos ousassem, errassem e acertassem, convertendo-os em pessoas temerosas da vida.

O caso brevemente relatado acima ilustra, tal como temos buscado enfatizar nas seções anteriores, que o desenvolvimento humano não é um processo simples, que toma uma única via. O mesmo fator que pode ser fonte de segurança e estabilidade para uns pode se converter em causa de insegurança e imaturidade em outros. Do mesmo modo, as mesmas circunstâncias que podem estar associadas e justificar desvios de conduta para uns são assimiladas por outros de uma maneira que não afeta negativamente o curso de seu desenvolvimento pessoal e social.

Argumentamos que o desenvolvimento humano pode seguir vários caminhos, de acordo com as experiências vividas e com o modo como a pessoa se posiciona em relação a tais experiências. Um dos principais desafios é compreender o comportamento de um e explicar por que determinadas pessoas e grupos se tornam mais vulneráveis a tropeçar diante dos obstáculos, enquanto outros se mantêm eretos. Nas últimas décadas, noções como as de risco, vulnerabilidade e resiliência têm se mostrado férteis na compreensão do problema da criminalidade.

A Noção de RISCO

Verificamos, ao longo do século XX, uma alteração da orientação tomada nas políticas sociais. Essa mudança significou que as ações deixaram de focar as pessoas, como sujeitos individuais, e passaram a buscar atingir as populações, as massas, tomadas enquanto sujeito coletivo, que se necessitava manter sob controle em uma sociedade urbanizada, em expansão e cada vez mais complexa.

Sofisticaram-se em igual proporção os mecanismos de controle social, que passaram a ser exercidos sobre esse sujeito coletivo. Não mais bastavam as normas sociais. Era necessário criar dispositivos ainda mais finos para controlar a conduta dessa massa. A noção de risco surge nesse contexto e sugere um novo modo de se relacionar com a incerteza do futuro, com as fatalidades e os perigos do outro e da vida cotidiana. As dificuldades passaram a ser tratadas não mais como algo da ordem do acaso, mas da probabilidade, algo que passa a ter existência mesmo sem existir. Como exemplo, considere as seguintes afirmações:

“Ao andar só em uma rua escura, à noite, você pode ser assaltado.”

“As pessoas que andam sós, em ruas escuras ou em regiões violentas, após as 22h, tem x% a mais de probabilidade de serem assaltadas” (leia-se, do que se permanecessem em suas casas).

Nota-se que a primeira afirmação fala do possível, a segunda fala do provável. A construção objetivada do futuro contida na segunda afirmação confere realidade ao acaso, convertendo-o em objeto de previsão, gerenciamento e controle. Motiva o desenvolvimento de estratégias de prevenção, governando a ação individual em algumas direções enquanto a afasta de outras. A gestão dos riscos é um dos principais dispositivos presentes nas **sociedades** do controle.

Risco e controle social na gestão da pobreza

No contínuo processo de complexificação das sociedades ocidentais, tomadas como sociedades de controle, a noção de risco se expandiu do imponderável para englobar também grupos e classes de pessoas. Termos como “famílias de risco”, “crianças de risco”, “grupos de risco” se alargaram, favorecendo a aproximação entre perigo e pobreza antes inexistente (fenômeno que abordamos de modo introdutório quando tratamos da relação entre Estado e famílias pobres, na Unidade 2 deste Módulo).

O trabalho de Coimbra (2001) trata da produção social das classes perigosas. A autora aborda o fenômeno pelo qual a sociedade promove a associação cada vez mais íntima entre a condição de pobreza e estados como a ociosidade, lascívia, preguiça, mendicância, decadência moral, usurpação e ameaça. Semelhantes representações sobre a pobreza justificaram as políticas e ações governamentais juntos às famílias e às crianças pobres durante cerca de um século, no Brasil, caracterizadas como compensatórias e orientadas à prevenção e à proteção do futuro das crianças; políticas e ações que afastavam as crianças de seus progenitores, reduzindo o que era considerado uma influência maléfica exercida pelas famílias sobre as mesmas.

A crítica a essa orientação, especialmente no contexto democrático que culminou na redação do ECA, promoveu um deslocamento de significado, no qual se substituiu o termo “de risco”, como qualificativo de grupos e classes, para o termo “em situação de risco”. Buscava-se com isso destacar que não são os grupos a fonte de perigo, mas os contextos de pobreza em que vivem, cujas privações e faltas, ali identificadas, impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades dessas populações.

Embora o ECA não trate do termo risco, ele se refere indiretamente ao tema, particularmente quando aborda as políticas de proteção e a violação de direitos sociais de crianças e adolescentes.

VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA: PROCESSOS COMPLEMENTARES

Os conceitos de risco, vulnerabilidade e resiliência mantêm profunda interrelação.

Vulnerabilidade pode ser didaticamente caracterizada como resultando da interação entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos, por um lado, e a capacidade humana de responder às crises sociais, por outro. Grupos que detêm melhores recursos respondem melhor às crises, sendo o inverso também verdadeiro. Como construto sociológico, a ideia de vulnerabilidade tem sido útil nos estudos sobre pobreza e desenvolvimento, esclarecendo que a superação da desigualdade social envolve muito mais mudanças do que apenas recursos econômicos. Em outras palavras, os programas de renda mínima, modelo de assistência altamente priorizado no Brasil, embora importantes, não são suficientes para alterar a condição de exclusão social das famílias assistidas.

O conceito de resiliência provém das ciências físicas e, nesse contexto, refere-se à capacidade de um material absorver energia sem deformação plástica. Um exemplo é a

espuma, ou a lâmina E.V.A.: ainda que eles possam se deformar mediante pressão, rapidamente voltam à sua forma original.

Em Psicologia, este conceito se refere à capacidade humana de absorver eventos estressores, mantendo o equilíbrio adaptativo e, mais, podendo se desenvolver e se fortalecer a partir do enfrentamento de tais experiências adversas. A resiliência nos ajuda a compreender, por exemplo, porque mesmo diante de complexas situações adversas, escassas oportunidades e experiências psicossociais potencialmente negativas, tais como crises sociais e catástrofes, algumas pessoas e grupos se mantêm em uma trilha de desenvolvimento ajustado e adaptativo.

A resiliência não se reduz apenas às características individuais da pessoa. Ela tem relação com, pelo menos, quatro fatores interdependentes:

- (1) as características individuais da pessoa;
- (2) a estrutura de oportunidades ofertadas pelo contexto de vida da pessoa;
- (3) a qualidade, a duração e a intensidade dos eventos estressores vivenciados;
- (4) a relação dos três fatores anteriores com a dimensão do tempo: a representação sobre o vivido e as perspectivas de futuro.

Assim, um evento que poderia ter efeito desorganizador (fator 2) da pessoa quando jovem (fator 1), pode ser bem assimilado à sua estrutura pessoal quando é mais velha (fator 4). Mesmo uma experiência pessoal dolorosa prolongada pode ter seu impacto negativo sobre a pessoa reduzido, se ela pode contar com uma rede social de apoio (fator 2), com equipamentos sociais adequados (fator 3) ou com mecanismos sociais compensatórios – tais como programas de reinserção laboral, de acompanhamento de egressos do sistema penal, de atendimento educacional no contraturno escolar, por exemplo.

As características específicas e a interação entre esses aspectos se traduzem, na prática, em fatores de risco e fatores de proteção.

RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO

Compreendemos como fatores de risco os aspectos experienciais representados como negativos que contribuem para ampliar a vulnerabilidade de pessoas e grupos, tornando-os mais expostos a comportamentos e posicionamentos sociais pouco adaptativos. A exposição continuada a fatores de risco aumenta a probabilidade de problemas de saúde, emocionais e comportamentais.

De modo diverso, os fatores de proteção são os aspectos que melhoram o sentido que as pessoas dão às experiências, colaboram para o bem-estar e a resiliência e melhoram a saúde mental. Nesse sentido, fatores de proteção atuam para o empoderamento das pessoas e grupos, tornando-os melhor preparados para lidar com as adversidades.

Ao longo da vida, o jogo entre fatores de risco e de proteção pode ter papel determinante na definição das trajetórias de desenvolvimento (ver Unidade 3 deste

Módulo), ajudando-nos a compreender tanto trajetórias de desenvolvimento socialmente ajustadas como trajetórias associadas à criminalidade.

Sabemos que fatores de risco e de proteção envolvem aspectos que se relacionam de modo complexo. Nem todos são passíveis de controle. Ainda assim, a educação, em geral, e a experiência socioeducativa, em particular, deveriam contribuir para fortalecer os fatores de proteção ao colaborar na redução dos fatores de risco a que os adolescentes estão expostos.